

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Conferências

Organizadores

Jorge Fernandes Alves

Pedro Vilas-Boas Tavares

Porto, FLUP, 2020

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto I Conferências

ORGANIZAÇÃO: Jorge Fernandes Alves e Pedro Vilas-Boas Tavares

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ANO DE EDIÇÃO: 2021

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza Lda. / Porto

TIRAGEM: 250 exemplares

DEPÓSITO LEGAL:

ISBN: 978-989-8969-74-3

ISSN: 1646-1525

PORTO, 1919

INTRODUÇÃO

O tema desta conferência remete-nos para a observação da cidade que viu nascer a primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, partindo de três questões simples: O que era o Porto desse tempo? Que constrangimentos e dinâmicas marcavam o seu pulsar quotidiano? Que desafios enfrentava? No entanto, a simplicidade destas questões é apenas aparente, pois qualquer delas comporta armadilhas, para as quais convém, desde já, alertar. Antes de mais, porque a análise histórica de um lugar num dado momento remete para uma pluralidade e complexidade de pontos de vista, do que se observa e de quem observa, que não se esgotam no tempo curto. Como salientou Pierre Nora, mesmo quando se aborda um acontecimento, este “testemunha menos sobre o que traduz do que sobre o que revela, menos sobre o que é do que sobre aquilo que provoca. A sua significação absorve-se na sua repercussão; é apenas um eco, um espelho da sociedade, um buraco”¹.

Por outro lado, para compreender a cidade como espaço vivido, é necessário fugir de uma visão unitarista. O Porto de 1919, como qualquer outra cidade, é um lugar plural, onde coexistem vivências, sentimentos, memórias, pontos de vista e aspirações diversificadas. A cidade é um “*cocktail* de dosagens variadas e cores mutáveis”, um “caleidoscópio” com combinações de imagens que se multiplicam e em constante transformação². Mas as diferentes vivências, individuais ou de grupo, não são estanques, geram convergências, osmose e contaminações, vizinhanças, relações de poder e de

¹ NORA, 1977:256.

² PAQUOT, 1992:13.

dependência, solidariedades e conflitos, adesões e resistências³. Para complicar tudo, as fontes disponíveis, apesar da sua imensidão para a época contemporânea (das estatísticas à fotografia ou ao cinema, da literatura à imprensa periódica ou aos acervos de arquivos públicos ou privados), são sempre muito marcadas pelo peso desigual dos diferentes pontos de vista e, muitas vezes, por falta de transparência. As representações, os discursos e as narrativas são produzidas, geralmente, pelas elites. Uma parte importante da sociedade – os mais pobres, as mulheres, as crianças, os analfabetos – praticamente não tem voz. Ou é invisível ou é vista pelos olhos dos homens com alguma cultura.

No entanto, não é menos verdade que a cidade é o resultado não só das vivências e relações interpessoais, de vizinhança, profissionais e de grupos de interesses, mas também de uma história colectiva, que lhe confere um carácter próprio, independentemente dos que a habitam em cada momento. Além disso, não é uma comunidade isolada. Pela sua natureza, como espaço de trocas e de circulação, de gentes, de produtos e de ideias, relaciona-se com outros espaços, urbanos ou rurais, próximos ou distantes, nacionais ou internacionais. Absorve ou rejeita, com maior ou menor capacidade de adaptação, integração ou resistência, as novidades e o espírito da época.

Na vida das cidades, como na vida das pessoas, o fio do tempo entretetece, em cada momento, como ensinou Braudel, temporalidades distintas: algumas de longa duração, rotinas, hábitos e persistências tradicionais; outras conjunturais, tendências que enquadram não só os movimentos da economia mas que podem dominar também os ambientes políticos, sociais ou culturais; finalmente, o tempo curto dos acontecimentos, cuja análise só se torna compreensível se tivermos em conta os contextos em que ocorrem e os mecanismos da acção humana que os produzem, onde se jogam também hábitos e tradições e, ao mesmo tempo, pulsões inovadoras de mudança ou de resistência⁴.

A POPULAÇÃO PORTUENSE: TRAVAGEM DO CRESCIMENTO E PERIFERIZAÇÃO

Começamos pela análise de alguns dados demográficos. No início de 1919, muitas famílias portuenses estavam de luto. No Verão do ano anterior, o Porto, como todo o país, fora abalado pela irrupção da gripe pneumónica, que se somou a outras epidemias, como o tifo, causando milhares de vítimas mortais, sobretudo entre os mais pobres⁵. Se, nos primeiros meses de 1919,

³ RONCAYOLO, 1986:441.

⁴ BRAUDEL, 1958.

⁵ Mesmo no caso da gripe pneumónica, apontada como mais “democrática”, por atingir todos os estratos sociais, a opinião de muitos médicos, incluindo Ricardo Jorge, que dirigiu o combate à doença no país, era de que a doença teria tido maior impacto entre os mais pobres (SOBRAL e LIMA, 2018:51-53).

a pneumónica parecia estar já debelada no Porto, o terror das epidemias espalhou-se de novo com um surto de varíola e outro, mais persistente, de tifo exantemático, em especial nas ilhas e nas zonas degradadas da cidade.

Natalidade, mortalidade e epidemias no concelho do Porto, 1917-1920

Anos Nasc.	(an)	Tx.nat.(‰)	Óbitos (n)	Tx.mort.(‰)	Óbitos tvg*
1917	5.769	27,84	5.584	26,95	86
1918	4.607	21,98	9.565	45,64	2.933
1919	4.682	23,22	7.416	36,77	1.379
1920	6.144	30,31	5.597	27,62	232

Fonte: INE, 1971:76

* tifo, varíola e gripe

Os serviços da polícia sanitária conseguiram limitar os contágios e as vítimas mortais da epidemia, mas à custa de métodos compulsivos, que obrigaram dezenas de milhares de pessoas a banhos, despiolhamentos e desinfecções. Muitas habitações populares, sobretudo nas ilhas, foram sujeitas a fumigações, queima de roupas e colchões e outras acções sanitárias⁶, que deixavam, em muitas zonas pobres, cheiros intensos, de creolina e enxofre.

Por essa altura, a população portuense rondava os 200 mil habitantes, um número revelador da travagem do ritmo de crescimento demográfico na primeira década da República, só em parte explicável pela pandemia de 1918 e 1919. Nesse período, intervieram outros factores: de início, a forte emigração, que atingiu o seu ponto mais alto entre 1911 e 1913; depois, no tempo da Grande Guerra, a redução do afluxo de migrantes das zonas rurais, num contexto de retracção do dinamismo das actividades económicas da cidade, em especial da indústria, por falta de carvão e de matérias-primas. De tudo isso resultou o menor crescimento interdecenal do Porto em quase cem anos, entre 1864 e 1960.

⁶ Só na semana de 23 a 29 de Março, em que se detectaram 157 novos casos de tifo, foram desinfectados 785 prédios, registando-se 4.353 banhos e despiolhamentos nos postos sanitários. Mais de metade das pessoas (2.854) foram levadas sob prisão por terem faltado a intimações da polícia. Além desses casos, foram apanhados 623 indivíduos, “nas rusgas feitas aos locais mais frequentados por vagabundos” - *O Comércio do Porto*. (2-4-1919). Essas acções de higienização prosseguiram durante meses, pelo menos até Setembro.

População do concelho do Porto, 1900-1930

Anos	Habitantes	Taxa cresc. (%)
1900	167.955	-
1911	194.009	1,4
1920	203.091	0,5
1930	232.280	1,4

Fonte: INE, 1971: 18, 24, 30 e 40

Numa análise mais fina, facilmente se percebe que a dinâmica demográfica foi desigual no espaço urbano. Entre 1911 e 1920, o centro (Miragaia, Vitória, S. Nicolau, Sé e Santo Ildefonso) perdeu mais de 8% da sua população, em contraste com a zona pericentral (Massarelos, Cedofeita, Paranhos e Bonfim), que cresceu quase 12,5%, e com os subúrbios (Campanhã, Lordelo, Foz, Nevogilde, Aldoar e Ramalde), com um aumento de mais de 8%, reforçando a tendência de crescente “periferização” da cidade⁷.

Variação populacional do Porto, por zonas, 1911-1920

Zonas	Variação (%)
Central	-8,3
Pericentral	12,4
Periférica	8,3

Apesar da perda demográfica, o centro mantinha uma forte densidade populacional, concentrando quase um terço dos habitantes do concelho⁸, sendo também essa área a que recebia mais forasteiros. O Porto continuava a ser uma cidade voltada para o rio, onde se misturavam bacalhoeiros e vários navios de longo curso com barcas de passagem, barcos de pesca, rabelos que traziam vinhos do Douro, rabões carvoeiros e outros. Em 1919, a cidade portuária, fortemente afectada pelas vicissitudes da guerra nos anos anteriores, recuperou o seu dina-

⁷ SEIXAS, 2008:98-99.

⁸ Entre 1911 e 1920, a população do “centro” passou de 33% para 29% do total dos residentes do concelho.

mismo, com a reanimação do comércio marítimo. No entanto, o centro urbano, embora continuasse a designar-se por “baixa”, situava-se cada vez mais nitidamente na parte alta, na Praça da Liberdade, que se tornara o centro cívico desde o início do século XIX e em torno do qual se concentravam as principais artérias comerciais, Clérigos, Almada, Praça Almeida Garrett, 31 de Janeiro, Batalha, Sá da Bandeira, Bonjardim, Santa Catarina... Era a zona mais movimentada, onde se adensavam as casas de modas, serviços, cafés, cervejarias, restaurantes, livrarias, cinemas, teatros e outros espaços culturais. Desde 1916, a inauguração da Estação de S. Bento viera reforçar essa centralidade, que se alargou à Avenida Central, da Liberdade ou das Nações Aliadas, lançada nesse mesmo ano, em que começou também a ser demolido o velho palácio onde funcionara a Câmara durante quase um século. Mas, em 1919, o que viria ser a Avenida dos Aliados ainda oferecia a imagem de um campo de batalha, com montes de destroços e entulhos dessa e de outras demolições, que continuavam a fazer-se sem pressas, tanto mais que as vicissitudes políticas e económicas não estimulavam o movimento de novas construções. Em Março, a nova Comissão Administrativa republicana decidiu avançar mais depressa com a construção da Avenida das Nações Aliadas, recorrendo a um empréstimo bancário para expropriações de prédios do lado oriental, de modo a permitir o alinhamento dessa parte⁹. E, em finais de Agosto, na tomada de posse da Câmara eleita, o porta-voz da minoria socialista, José Ribeiro, ao apresentar o programa de acção municipal do seu partido, destacava que a vereação deveria dar prioridade às obras da Avenida Central, “para que o Porto perca aquele aspecto desolador de uma cidade em ruínas”¹⁰. O primeiro grande projecto de construção aprovado pela Câmara em 1919 terá sido o da delegação da Companhia de Seguros “A Nacional”, entre a Praça da Liberdade e a Avenida¹¹, mas o projecto inicial foi substituído e as obras só começariam no ano seguinte, sendo o edifício inaugurado em 1925¹². Em finais de 1919, também o Clube Fenianos Portuenses apresentou o projecto de construção da sua nova sede, no topo poente da Avenida, mas a licença só viria a ser concedida no ano seguinte¹³. Na reunião camarária de 15 de Novembro, seria aprovado o projecto da Comissão Técnica Municipal, para ordenamento do espaço da Avenida, contemplando faixas para circulação dos eléctricos e outros veículos, passeios, lugares de estacionamento, monumentos, arborização, aque-

⁹ Sessão de 20-03-1919 - *O Comércio do Porto*. (22-3-1919).

¹⁰ Arquivo Municipal do Porto – *Actas de Vereação*. 25-8-1919.

¹¹ Arquivo Municipal do Porto – *Licenças de Obras*. Processo 195/1919, apresentado em 22-3-1919 e aprovado em 21-5-1919.

¹² O projecto inicial do arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira viria a ser substituído, em 1920, por outro do arquitecto Marques da Silva. PINTO, 2012:83.

¹³ Arquivo Municipal do Porto – *Licenças de Obras*. Processo 723/1920, apresentado em 25-10-1919 e aprovado em 24-9-1920. O edifício foi projectado pelo arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira.

duto e iluminação, só seria aprovado em reunião camarária de 15 de Novembro de 1919¹⁴. Só a partir de então se assistiria a um lento processo de urbanização do novo centro urbano.

Para lá dessa zona central, nas freguesias de Cedofeita, Paranhos, Bonfim e Massarelos, crescia a mancha de novas urbanizações. Era aí que se situavam as maiores fábricas e as maiores concentrações operárias, habitando sobretudo em “ilhas”, que, em 1910, rondavam as 1.200 em toda a cidade, albergando cerca de 40 mil moradores. Apesar do investimento das vereações republicanas na construção de “colónias operárias”, para solucionar o problema do alojamento popular, os resultados foram muito limitados¹⁵, continuando, de resto, a construir-se novas ilhas¹⁶. Era também nessa área pericentral que se notavam maiores contrastes e se acumulavam os maiores problemas sanitários, com muitas lixeiras na via pública, falta de saneamento, ruas de terra batida ou macadame, enlameadas no Inverno e poeirentas no Verão, que suscitavam reclamações dos moradores, pedindo o calcetamento com paralelepípedos.

As freguesias periféricas, mais de metade do território do concelho, eram ainda dominadas por extensas áreas rurais, aqui e ali entremeadas por alguns pólos de urbanização, em torno de fábricas, infra-estruturas (como a estação do Pinheiro ou o novo Matadouro da Corujeira, em Campanhã) e novos arruamentos. Além disso, num tempo de forte especulação imobiliária e de falta de habitações baratas nas zonas central e pericentral, os subúrbios atraíam as camadas trabalhadoras mais pobres¹⁷.

¹⁴ Arquivo Municipal do Porto – *Planta geral da Avenida dos Aliados. Projecto da Comissão Técnica Municipal de distribuição dos espaços*, 1919.

¹⁵ As colónias operárias de Antero de Quental (no Monte Aventino, Campanhã), Estêvão de Vasconcelos (na Prelada, Ramalde), Dr. Manuel Laranjeira (em Paranhos) e Viterbo de Campos (na Arrábida, entre Lordelo e Massarelos), mandadas construir pela vereação portuense entre 1914 e 1917, equivaliam a 312 habitações (MATOS, 1994:685). Relativamente aos respectivos projectos, veja-se: TAVARES, 2016:71-77. Além desses bairros, promovidos pela Câmara, foi construído o da Arrábida (temporariamente designado por Bairro de Sidónio Pais), com 35 casas, em resultado da aplicação da legislação sidonista de 1918, que previa a participação de capitais privados, mas que, dado o desinteresse dos privados, acabou por ser também construído pela Câmara - MATOS, 2015:374-375. Em 1919, na sequência do decreto de 14 de Abril, do Ministro do Trabalho, Dias da Silva, para a construção de novos bairros sociais, um desses bairros viria, mais tarde, a ser atribuído ao Porto - TIAGO, 2010:258-259. O decreto de 11 de Outubro de 1919, do Ministro do Trabalho, José Domingues dos Santos, determinou a expropriação imediata da Quinta da Granja de Cima, em Lordelo do Ouro - *Diário do Governo* (11-10-1919) 2.137. E, logo no dia seguinte, o próprio Ministro do Trabalho presidiria à cerimónia de colocação da primeira pedra do Bairro Social de Lordelo - Arquivo Municipal do Porto – *Cópia do auto de colocação da pedra fundamental do Bairro Social n.º 5, Lordelo - Porto*, 12-10-1919; *O Comércio do Porto* (14-10-1919).

¹⁶ PEREIRA, 1995:65.

¹⁷ Numa notícia do jornal *O Comércio do Porto* pode ler-se: “Para o lugar de Azevedo, em Campanhã, tem ocorrido nos últimos anos uma notável afluência de população operária que, devido em grande parte à carência de casas baratas, vai procurando nas freguesias suburbanas habitações que economicamente não encontram na cidade” - *O Comércio do Porto* (2-11-1919).

A extensa rede de transportes urbanos sobre carris facilitava, desde finais do século XIX, a aproximação entre o centro e os subúrbios, com ligações aos concelhos limítrofes. Com 20 linhas, que cobriam cerca de 69,5 quilómetros (52 dos quais no interior do concelho), os eléctricos da Companhia Carris de Ferro do Porto eram o meio de transporte privilegiado dos portuenses, em especial das classes populares¹⁸. Por esta altura, a par de meios de transporte tradicionais, como os carros de bois ou as carruagens puxadas por cavalos, aumentou o número de automóveis e *side-cars*, que, apesar de confinados às elites, marcavam já o movimento urbano. A euforia da velocidade parece ter contagiado então os condutores, tornando-se um perigo público. Os desastres eram quase diários, muitos mortais. Na imprensa da época, são frequentes as notícias de acidentes e os protestos contra a falta de medidas eficazes das autoridades: “Continuam os automóveis em desordenada correria pelas ruas da cidade, sem que até aqui tenham sido adoptadas medidas enérgicas que refreiem um pouco o delírio da velocidade e ponham a recato a vida dos transeuntes”¹⁹.

EUFORIA, DEPRESSÃO E TURBULÊNCIA: SINAIS CONTRADITÓRIOS NA VIDA ECONÓMICA

Finda a guerra, a vida económica da cidade revelava sinais contraditórios. Os meios empresariais do Porto esperavam uma rápida reanimação das actividades económicas mais afectadas pelo conflito. Em alguns sectores cruciais, como o comércio do vinho do Porto, o último ano da guerra fora já de grande crescimento e os exportadores acreditavam que o futuro próximo seria de prosperidade. De facto, os volumes exportados em 1919 (mais de 98 mil pipas) foram os maiores de sempre. E, além disso, a progressão em valor foi ainda mais expressiva, duplicando face ao ano anterior²⁰. Os ingleses estavam sequiosos de *port wine* e dispunham-se a pagá-lo por preços elevados. Nos leilões de Londres, os *Old Ports* e os *Vintage* atingiam valores fabulosos.

Exportações de vinho do Porto, 1917-1919

Anos	Volume (pipas)	Valor (contos)
1917	30.046	4.620
1918	82.914	10.434
1919	98.342	20.922

Fonte: MARTINS, 1990:222, 233

¹⁸ SOUSA e ALVES, 2001:142-151.

¹⁹ *O Comércio do Porto*. (29-7-1919).

²⁰ MARTINS, 1990:222, 233.

A avaliar pelas entradas de navios nos portos do Douro e Leixões e pelo volume de mercadorias aí carregadas ou descarregadas, o movimento comercial aumentou consideravelmente. Em conjunto, o número de navios entrados subiu mais de 60%, mas nos portos do Douro a variação foi muito maior, rondando os 120%.

Embarcações entradas nos portos do Douro e Leixões, 1918-1919

Anos	Douro	Leixões	Total
1918	328	440	768
1919	720	517	1.237

Fonte: *Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921, p. 320; Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 360.*

O movimento de mercadorias aumentou também quase 60%. Mas, neste caso, Leixões sofreu um decréscimo substancial²¹, que os portos do Douro compensaram largamente, com uma variação de 157%.

Movimento de mercadorias nos portos do Douro e Leixões, 1918-1919
(em toneladas)

Anos	Douro	Leixões	Total
1918	142.648	122.026	264.674
1919	367.263	50.979	418.242

Fonte: *Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921, p. 312-313; Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 344-345.*

²¹ Os meios empresariais do Porto, nomeadamente a Associação Comercial e a Associação Industrial, bem reclamavam a urgência de conclusão das obras do porto de Leixões, orçamentadas em 1912, mas na sua maior parte sempre adiadas, por falta de verbas. Desde Abril de 1919, surgem-nos na imprensa múltiplas referências à necessidade imperiosa da conclusão do cais acostável do molhe sul do porto de Leixões, bem como de dragagens na entrada desse porto, que estava muito assoreada, de modo a permitir o restabelecimento das escalas dos grandes paquetes transatlânticos. Reclamava-se também a urgência da construção da linha férrea de cintura, para facilitar o acesso de mercadorias a Leixões, das obras do porto comercial do Douro e de dragagens na barra do rio, mas pouco se avançou - *O Comércio do Porto*. (16-4-1919); (23-4-1919); (24-4-1919). Em Junho, anunciava-se o início de algumas dragagens no Douro e no porto de Leixões - *O Comércio do Porto*. (22-6-1919). Mas, mais de um mês depois, as grandes dragagens ainda não tinham começado - *O Comércio do Porto*. (31-7-1919). No final do ano, a Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto continuava a alegar dificuldades financeiras que impediam a concretização das obras projectadas, apelando ao governo para disponibilizar as verbas necessárias - *O Comércio do Porto*. (15-10-1919); (22-10-1919), o que só viria a acontecer, numa pequeníssima parte, em 1920. As obras foram então orçamentadas em 30 mil contos, sendo a comparticipação do Estado de 750 contos - SOUSA e ALVES, 2002:178-179; PRATA, 2011:106, 178-179.

Se os dados sobre o movimento de mercadorias nos portos do Douro e Leixões apontam para um aumento do dinamismo comercial portuense no pós-guerra, uma análise mais detalhada revela que esse dinamismo era maior do lado das importações do que das exportações. Em 1919, o volume dos produtos embarcados nesses portos baixou cerca de 13% face ao ano anterior, enquanto triplicou a quantidade de mercadorias descarregadas.

Mercadorias carregadas e descarregadas nos portos do Douro e Leixões, 1918-1919
(em toneladas)

Anos	Carregadas	Descarregadas	Total
1918	169.780	94.894	264.674
1919	147.131	271.111	418.242

Fonte: *Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921, p. 312-313; Estatística comercial: comércio e navegação: ano de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 344-345.*

Em 1919, o comércio marítimo continuou a enfrentar dificuldades quer devido à falta de navios quer por circunstâncias naturais, como aconteceu na segunda quinzena de Fevereiro, em que o estado do mar e as cheias do rio obrigaram a suspender o movimento no Douro²².

Os problemas eram ainda maiores no comércio interno. Ao longo de 1919, a circulação ferroviária sofreu contínuas perturbações. Nos primeiros meses do ano, muitos comboios foram mobilizados para o transporte de tropas e outros circulavam com atrasos de horas, prejudicando o tráfego de mercadorias. A situação agravou-se durante a Monarquia do Norte, que suspendeu a circulação ferroviária para o Sul. A posterior normalização do serviço esteve longe de satisfazer as necessidades comerciais. Maiores transtornos resultariam da longa greve ferroviária, que durou cerca de dois meses, no Verão desse ano. E, mesmo depois da greve, o transporte de mercadorias continuou irregular, com muitos produtos retidos durante meses na Alfândega e em Campanhã, sem seguirem para os destinatários e deteriorando-se²³.

Por outro lado, em diversos momentos, o comércio a retalho da cidade sofreu os efeitos da escassez de géneros e da falta de moeda de trocos. No início de Fevereiro, algumas lojas viram-se obrigadas a fechar as portas²⁴. E o mesmo se passou com diversas fábricas²⁵.

²² *O Comércio do Porto*. (4-3-1919).

²³ *O Comércio do Porto*. (27-9-1919).

²⁴ *O Comércio do Porto*. (2-2-1919). A falta de trocos repetiu-se em outros momentos, como no início de Abril e em Setembro - *O Comércio do Porto*. (6-4-1919), (14-9-1919).

²⁵ *O Comércio do Porto*. (13-2-1919): "algumas fábricas desta cidade haviam resolvido fechar a pretexto de não haver trocos para poderem pagar as férias aos seus operários".

As actividades industriais continuaram a enfrentar enormes dificuldades. A principal indústria da cidade, a têxtil algodoeira, atravessou um período de crise, com grandes *stocks* por escoar. Em meados de Março, como noticiava *O Comércio do Porto*, a crise estendia-se a outras indústrias:

Agravam-se as condições das nossas indústrias de forma assustadora, não apenas pela escassez e carestia das matérias-primas e combustíveis, que de há muito se fazem sentir, mas agora pela falta de trabalho nas fábricas e pela situação aflitiva do operariado, que tendo reduzido os dias semanais de labor, não pode acudir às necessidades da sua alimentação, em vista dos altos preços das subsistências²⁶.

Pela mesma altura, a imprensa operária pintava com cores ainda mais negras a situação da têxtil, com muitas fábricas fechadas e milhares de trabalhadores no desemprego²⁷.

Em Maio, a legislação elaborada pelo Ministro do Trabalho, o socialista Augusto Dias da Silva – em especial o decreto que estabeleceu as 8 horas de trabalho diário e 48 horas semanais para o comércio e indústria²⁸, mas também os decretos sobre os seguros sociais obrigatórios²⁹ –, suscitou o aplauso geral dos trabalhadores, que exigiram a aplicação imediata da lei logo que foi anunciada e ainda antes da sua publicação. No dia 2 de Maio, em diversas fábricas e oficinas, bem como na construção civil, os operários recusaram-se a trabalhar mais de 8 horas³⁰. Por outro lado, a lei contou com a resistência do patronato, que multiplicou os protestos e recorreu, em vários casos, ao *lock out*³¹, conseguindo protelar, sucessivamente, a sua aplicação³².

²⁶ *O Comércio do Porto*. (15-3-1919).

²⁷ A Classe têxtil. *A Voz do Povo*. (23-3-1919).

²⁸ Decreto 5.516, de 7-5-1919. Augusto Dias da Silva tinha, entretanto, abandonado o governo no início de Maio, por discordar dos meios repressivos utilizados contra o movimento operário na capital.

²⁹ Sobre os seguros sociais e outros aspectos da política social deste período, veja-se PEREIRA, 1999; CARDOSO e ROCHA, 2009.

³⁰ *O Comércio do Porto*. (3-5-1919), (6-5-1919).

³¹ *O Comércio do Porto*. (9-5-1919), (13-5-1919). Nesta última data, poucas fábricas têxteis se mantinham em laboração. Em Agosto, os industriais metalúrgicos do Porto e Gaia recorreram também ao *lock out*, em protesto contra a lei das 8 horas de trabalho - TEODORO, 2014:578.

³² Em meados de Maio, atendendo às reclamações dos empresários, o governo prolongou por 30 dias o prazo para aplicação do novo regime de trabalho. Longe de extinguir o conflito, atizou-o ainda mais. Os operários exigiam o cumprimento imediato da lei. Os patrões exigiam a sua revogação, considerando que, a ser aplicada, seria a “ruína da indústria nacional”. Veja-se, por exemplo, a convocatória de uma reunião da Associação de Classe dos Industriais das Artes Metalúrgicas, a realizar a 22-6-1919, publicada com destaque na imprensa: “As 8 horas de trabalho / A ruína da indústria nacional / Alerta Industriais / Salvaguardai os vossos interesses” – *O Comércio do Porto*. (21-6-1919). Depois de sucessivas prorrogações, a lei viria a entrar em vigor a 1 de Novembro desse ano.

Em contrapartida, o pós-guerra parece ter favorecido o sector financeiro. Assistiu-se então a uma forte expansão da actividade bancária e à criação de novos bancos. No Porto, ainda em 1918, foi criado o Banco Popular Português e, em Maio de 1919, constituiu-se a casa bancária Cupertino de Miranda & Irmão, que, mais tarde, daria origem ao Banco Português do Atlântico³³.

MONARQUIA DO NORTE, FIDELIDADE À REPÚBLICA E MEMÓRIA DA GUERRA

A nível político, a cidade vivia, no início de 1919, um ambiente crispado e depressivo, de medo e confrontação. Desde o ano anterior, à sombra do Sidonismo, assistia-se ao controlo dos poderes locais por conservadores católicos e monárquicos (no comando da polícia, com Sollari Allegro; no governo civil, com Alberto Margaride; na Câmara, com José Alves Bonifácio; nas chefias militares; etc.), paralela à formação de grupos de “trauliteiros” e à perseguição, espancamento e prisão de muitos republicanos e de militantes socialistas, sindicalistas e anarquistas, ao ataque e destruição de sedes de jornais, centros republicanos ou colectividades conotadas com os republicanos, como a sede dos Fenianos, na Batalha, diversas escolas (como o Vintém das Escolas, a Escola da Fontinha e outras) e mesmo empresas cujos proprietários eram simpatizantes republicanos, como a casa bancária Borges & Irmão, na Rua do Bonjardim³⁴. Em Dezembro de 1918, o movimento monárquico reforçou o seu poder na cidade com a criação da Junta Militar do Norte, que reclamava “um governo de ordem, cheio de força e de prestígio, sem ligações partidárias, que, sobrepondo-se às ambições dos políticos, leve a paz e a tranquilidade à família portuguesa”³⁵. A Junta concentrou tropas no Porto e preparou o terreno para a restauração da Monarquia, que se concretizou em 19 de Janeiro de 1919, sob o comando de Paiva Couceiro³⁶.

A Junta Governativa do Reino, instalada no Porto, perdeu-se em proclamações, paradas militares, exéquias e missas solenes, récitas de gala e reposição de símbolos da Monarquia. Por exemplo, no final de Janeiro, a Junta Governativa instituiu novos feriados civis, que passavam a ser: 19 de Janeiro (Restauração da Monarquia), 29 de Abril (Outorga da Carta Constitucional), 19 de Agosto (Aniversário da Rainha), 4 de Setembro (Casamento de Suas Majestades), 28 de Setembro (Aniversário da Rainha-Mãe, D. Amélia), 15

³³ SOUSA, 1984:100; CORDEIRO, 2010:64; VALÉRIO, 2014:377-378.

³⁴ SOUSA, 1984:90-91; PEREIRA, 2021.

³⁵ *O Comércio do Porto*. (26-12-1918).

³⁶ SANTOS, 2010:406-407; BRITO, 2016:72-73.

de Novembro (Aniversário do Rei), além do 1 de Dezembro (Restauração de Portugal). Cortou as comunicações com o Sul, suspendeu as garantias na cidade do Porto, reforçou a censura à imprensa e repôs a pena de morte por crimes julgados em Tribunal Militar. Promoveu a formação ou o reforço de grupos de civis armados por “rapazes da elite portuense”, como o Batalhão Realista do Porto, o Batalhão de Voluntários da Rainha, que usava o lema “Deus, Pátria e Rainha!”, ou o Real Batalhão Académico, criado na Universidade do Porto³⁷, e também de rurais e desempregados³⁸. O saneamento, perseguição e prisão de republicanos tornaram-se constantes, a par da nomeação ou promoção de monárquicos.

O efêmero “Reino da Traulitânia” foi derrotado, em cerca de 2 horas, em 13 de Fevereiro, numa operação em que se destacaram as forças da Guarda Real³⁹, chefiadas pelo capitão João Maria Sarmento Pimentel, demonstrando a capacidade de mobilização dos republicanos, com a participação activa de muitos grupos civis. Poder-se-ia discutir se o 13 de Fevereiro representou mais a derrota da Monarquia – por falta de apoio popular, por escassez de forças militares ou pela divisão e inépcia dos seus líderes – ou a vitória da República, pela maior organização e conjunção momentânea de forças. Ou se a derrota dos monárquicos correspondeu à revitalização da República. Como escreveu Raul Brandão, referindo-se a Paiva Couceiro: “Saiu-lhe sempre tudo torto. É tão mau político que, quando fez proclamar a monarquia no Norte, mais uma vez salvou a república!”⁴⁰. Após a derrota da intentona monárquica em Lisboa, “Couceiro estava sozinho e condenado”⁴¹. Porém, a unidade que permitiu a renovação da República, dir-se-ia que mais antimonárquica do que republicana, foi efêmera e teve de contar com a força da rua⁴², como já acontecera antes em Lisboa. Quando, ao meio-dia de 13 de Fevereiro⁴³, o capitão Sarmento Pimentel soltou o grito de “Viva a República!”, milhares

³⁷ *O Comércio do Porto*. (22-1-1919). Sobre a formação do Batalhão Académico, veja-se SANTOS, 2011:121-122; ALVES, 2012:240.

³⁸ A propósito, pode ler-se no semanário socialista *A Voz do Povo*: “Prisões a esmo. Aplicação de insultos e ameaças a toda a gente mais ou menos suspeita. Espionagem exercida em toda a parte por brutos, beatos e mendigos profissionais. O regime da denúncia, do cacete e da sova, plenamente em acção. Uma corporação de civis, na maior parte recrutados pelo célebre Padre Domingos em terras de província estava formada com milhares de homens, sem predicados de educação, incluindo bandidos, rufias e gatunos de mistura com bastantes vergõntes da casta fina...!” *A Voz do Povo*. (23-2-1919).

³⁹ Designação efêmera dada pela Monarquia do Norte à Guarda Republicana.

⁴⁰ BRANDÃO, 2000:59.

⁴¹ VALENTE, 2006:137.

⁴² TELO, 2011:214.

⁴³ Nas suas *Memórias*, o capitão Sarmento Pimentel refere ter sido “às 11 horas desse dia” que ele “e seus dedicados e corajosos companheiros” puseram “a procissão democrática nas ruas da cidade que logo, com meia dúzia de tiros, abafou os rompantes do Carmo e da Trindade, mais a malta reaccionária do Quartel General, Governo Civil, Batalha, Éden, obrigando tudo que se tinha fantasiado de azul e branco a uma debandada geral, o quixotesco “Regente” mais seu acaciano governo na dianteira” - PIMENTEL, 1974:195.

de pessoas saíram às ruas⁴⁴, muitas armadas, dando a entender que a revolta antimonárquica vinha sendo meticulosamente preparada pelas comissões revolucionárias republicanas, socialistas⁴⁵ e anarquistas⁴⁶.

Vencida a Monarquia, os novos poderes integraram membros de vários partidos republicanos, bem como socialistas, na Câmara, na Junta Geral de Distrito e nas Juntas de Freguesia. Para Governador Civil do Porto foi escolhido um republicano de esquerda, José Domingues dos Santos, capaz de fazer pontes com socialistas e sindicalistas⁴⁷. No Porto, como no país, a luta contra a aventura monárquica favoreceu não só uma fase de unidade republicana mas também a formação tácita de um «bloco radical», para renovar a República e responder aos problemas sócio-económicos resultantes da guerra⁴⁸. Por pouco tempo.

Os dias que se seguiram ao derrube da Monarquia do Norte, apesar da chuva, por vezes intensa, foram de “extraordinária” e festiva animação das ruas do Porto, com contínuas manifestações de milhares de pessoas, bandas de música, confraternização com os militares, as armas enfeitadas com camélias, mimosas e outras flores, bandeiras da República nas janelas... Succediam-se comícios, jantares de confraternização e de homenagem, bodos aos pobres, saraus e festas, nas escolas, nos centros republicanos e socialistas, nos teatros e cinematógrafos, cheios de gente. Simultaneamente, foram atacados e destruídos locais conotados com a Monarquia do Norte, como o famigerado Éden Teatro⁴⁹ e as sedes do Batalhão Realista, da Associação Católica, do Círculo Católico e dos jornais *Liberdade* e *Pátria*, multiplicando-se as demissões e prisões de monárquicos⁵⁰.

No auge dos festejos republicanos, em Fevereiro e Março, sucederam-se também diversas homenagens aos combatentes da Grande Guerra e ações de solidariedade para com as suas famílias, organizadas pela Junta Patriótica

⁴⁴ CORREIA, 2016:111-114. O que contradiz, de resto, a perspectiva pouco fundamentada de alguns historiadores, segundo a qual a República só podia contar “com a adesão popular das principais cidades ou, talvez mesmo pudesse só confiar nos habitantes de Lisboa, como se viu em 1919”, como escreveu, recentemente, RESENDE, 2019:293.

⁴⁵ A participação activa dos socialistas em defesa da República não significou, porém, o abandono do ideário do partido - CORREIA, 2016:111-114.

⁴⁶ LIMA, 1920:116-117. Segundo este autor, participaram no 13 de Fevereiro 17 grupos anarquistas, com 200 a 300 efectivos, além de “muitos outros operários libertários dispersos por grupos republicanos”. Tal como os socialistas, também os anarquistas e sindicalistas revolucionários assumiam que a defesa da República não os faria abdicar das suas posições: “Revolucionar-se-iam para defender a República, mas, uma vez ela consolidada, reservariam a sua acção para os seus movimentos de reivindicação económica e de oposição aos governos”. *Idem, ibidem*.

⁴⁷ QUEIROZ, 2012.

⁴⁸ PINTO, 2011:55-57.

⁴⁹ No Eden-Teatro, do Porto. *Ilustração Portuguesa*. 680 (3-3-1919) 173.

⁵⁰ *O Comércio do Porto*. (14-2-1919).

do Norte, Casa dos Filhos dos Soldados, Triângulo Vermelho Português⁵¹, Grémio Académico Republicano e outras instituições. Ao longo do ano, decorreriam muitas outras iniciativas, como a comemoração da batalha de La Lys, em 9 de Abril, com um cortejo cívico e uma sessão no Teatro Águia de Ouro, a grande festa pró-Aliados, no dia 4 de Maio, no Teatro Sá da Bandeira, o “cortejo patriótico” de 28 de Maio, ou a Festa da Paz e da Liberdade, em 14 de Julho, com um cortejo que reuniu milhares de pessoas, festa infantil e discursos patrióticos (nomeadamente, do Ministro do Trabalho, José Domingues dos Santos, e do escritor e ex-combatente, Augusto Casimiro), no Palácio de Cristal, e festa popular noturna no Jardim da Cordoaria⁵². A própria Universidade organizou uma sessão solene de homenagem aos combatentes, em 10 de Agosto⁵³. Refira-se ainda a popularidade de diversas edições de livros de memórias e testemunhos da guerra, a maior parte com a chancela da Renascença Portuguesa⁵⁴. Menos entusiástica seria a comemoração do primeiro aniversário do armistício, em 11 de Novembro, uma terça-feira fria e tempestuosa⁵⁵. Em contrapartida, foram muito animados, com grande afluência de público, os festejos comemorativos da implantação da República, em 5 e 6 de Outubro, que decorreram em vários pontos da cidade⁵⁶.

⁵¹ Após a restauração da República no Porto, o Triângulo Vermelho Português, com sede nesta cidade, abriu três casas para os soldados, duas no Porto e uma em Gaia, apoiadas por 57 voluntários, geralmente senhoras. Tratava-se, essencialmente, de locais de convívio, acolhimento e, em certos casos, hospedagem temporária de soldados, onde eram oferecidos lanches, maços de tabaco, roupas, apoio para a escrita de cartas às famílias, projecção de filmes, sessões musicais, etc. Até ao final de Março de 1919, terão passado por essas casas mais de 40 mil militares - Triângulo Vermelho Português. *Ilustração Portuguesa*. 692 (26-5-1919) 415.

⁵² Festas da Paz e da Liberdade no Porto. *Ilustração Portuguesa*. 702 (4-8-1919) 85-86. Sobre o papel da Junta Patriótica do Norte na “rememoração” da Grande Guerra, veja-se CORREIA, 2011:33-50.

⁵³ ADUP REIT - *Recortes de imprensa* [1919-1987]. Disponível on-line em: <https://hdl.handle.net/10405/22606>. Acesso em 31-3-2019.

⁵⁴ Nomeadamente: CORTESÃO, Jaime - *Memórias da Grande Guerra: 1916-1919*; MORAIS, Pina de - *Ao Parapeito* (2 edições); MALHEIRO, Alexandre - *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg: notas dum prisioneiro*; SELVAGEM, Carlos - *Tropa d'África*; PIMENTA, Eduardo - *A Ferro e fogo: na Grande Guerra (1917-1918)*. Em 1919, a mesma editora publicou ainda a peça dramática de MALHEIRO, Alexandre - *O Amor na base do CEP*, que havia sido representada em Outubro do ano anterior por prisioneiros de guerra portugueses, detidos no campo alemão de Breesen. A questão da guerra despertou intenso debate entre os intelectuais da Renascença Portuguesa, que se traduziu, desde 1914, em diversos artigos na revista *A Águia* (em 1916, sairia mesmo um número triplo especial sobre o tema - *Portugal e a Guerra*. 52/53/54) e na publicação de diversos livros, como o de CASIMIRO, Augusto - *Nas Trincheiras da Flandres*. 1918 (em 1919, teve 4 edições). Depois de 1919, continuaria a dar à estampa memórias de combatentes, de que poderíamos destacar as de CASIMIRO, Augusto - *Calvários da Flandres*: 1918. Fevereiro de 1920; COSTA, Gomes da - *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra: a Batalha do Lys, 9 de Abril de 1918*. 1920; MORAIS, Pina de - *O Soldado-Saudade na Grande Guerra*. 1921. Sobre a literatura de guerra e o papel editorial da Renascença Portuguesa nesse domínio, veja-se LEAL, 2000:441-460.

⁵⁵ *O Comércio do Porto*. (12-11-1919): “ao fim da tarde, após trovoadas bastante fortes, caiu sobre a cidade violenta saraivada, que deixou as ruas cobertas de granizo”.

⁵⁶ *O Comércio do Porto*. (4-10-1919); (5-10-1919); (7-10-1919).

Durante 1919, o Porto viveu num ambiente de contínua efervescência política. Ressurgiram muitos centros republicanos, alguns deles desactivados ou destruídos durante o Sidonismo e a Monarquia do Norte, e reapareceram os jornais democráticos *A Montanha* e *O Norte*. Também os centros socialistas e os grupos anarquistas ganharam novas adesões e multiplicaram as suas actividades.

Em Maio, as eleições para a Câmara de Deputados e para o Senado e, duas semanas depois, para os corpos administrativos (Câmara Municipal e Junta Distrital) confirmaram o poder do Partido Republicano (democráticos) e, em segundo plano, o dinamismo dos socialistas portuenses, que elegeram dois deputados (Manuel José da Silva e Ladislau Batalha) e conquistaram, mais uma vez, a minoria na vereação.

Por outro lado, nos meios operários, muitos militantes socialistas, sindicalistas e anarquistas discutiam e propagandeavam a “revolução social”, numa altura em que as fronteiras ideológicas entre essas forças se tornavam difusas e surgiam apelos à unidade⁵⁷. A cada passo, a imprensa da época dava notícia de prisões de “bolchevistas”, por andarem a colar ou a distribuir manifestos⁵⁸. O Centro Comunista do Porto, criado em Abril de 1919 por anarquistas libertários⁵⁹, tornou-se um foco activo de propaganda maximalista⁶⁰. Em finais desse mês, promoveu uma concorrida conferência do anarquista Cristiano de Carvalho, sobre *O proletariado e a revolução social*, no Teatro Carlos Alberto⁶¹. Outras conferências do mesmo teor eram promovidas pelos sindicalistas da União Operária Nacional, que preconizavam “a necessidade de activar a propaganda da organização operária, preparando assim conscientemente as massas trabalhadoras para a grande transforma-

⁵⁷ Entre outros exemplos, refira-se a posição de Martins Santareno, no órgão oficial dos socialistas do Porto, em defesa da unidade dos sindicalistas, anarquistas e socialistas em torno da revolução social - *A Voz do Povo*. (13-4-1919).

⁵⁸ A propaganda bolchevista parece ter-se intensificado a partir do Verão, em simultâneo com a agitação operária. Em Agosto, em reuniões de diversas associações operárias e da UON, foram aprovadas moções de protesto contra as prisões por bolchevismo - *O Comércio do Porto*. (23-8-1919). No início de Setembro, a associação dos marceneiros promoveu a angariação de donativos para as famílias dos presos por bolchevismo - *O Comércio do Porto*. (5-9-1919). Em meados de Outubro, os colchoeiros protestaram contra a prisão de camaradas seus, por ocasião do grande comício contra a carestia de vida - *O Comércio do Porto*. (16-10-1919). Uma notícia sobre a prisão de dois estivadores referia que faziam parte de um “Comité Bolchevista” - *O Comércio do Porto*. (29-10-1919). Uma outra notícia denunciava a existência de bolchevistas nos quartéis - *O Comércio do Porto*. (30-10-1919). Veja-se também PINA, 2018:106).

⁵⁹ PINA, 2018:92, 100; FERREIRA, 2011:94; FREIRE e LOUSADA, 2013:85.

⁶⁰ Logo em 1920, ter-se-á verificado a cisão desse grupo, com o abandono dos marxistas, passando a designar-se Centro Comunista Libertário - SILVA, 1971:92-94. Segundo João Quintela, o jornal *Bandeira Vermelha*, órgão da Federação Maximalista Portuguesa, editado desde 5 de Outubro de 1919, não só se vendia no Porto como tinha vários correspondentes nesta cidade - QUINTELA, 1976:22-23; veja-se, também, PINA, 2018:99-101.

⁶¹ *O Comércio do Porto*. (27-4-1919).

ção social”⁶². Em Abril, no primeiro número do novo periódico socialista *A Comuna*, editado pelo Grupo de Propaganda Social, um artigo de Ladislau Batalha exaltava a nova era de “revolução social”:

À guerra dos Estados vai sobrepor-se a guerra dos Povos. (...) Os indícios mostram ser chegado o momento histórico em que o Proletariado despedaça as algemas opressoras, e investe intemperato para as lutas que terão por último termo a definitiva emancipação da Humanidade⁶³.

No mês seguinte, *A Comuna* fundiu-se com o órgão histórico da Federação Socialista do Norte, *A Voz do Povo* (1907-1919), dando origem ao jornal *República Social* (1919-1934). Por esta altura, o principal centro de encontro dos socialistas do Porto continuava a ser a Casa do Povo Portuense, na Rua de Camões, com cooperativas em vários pontos da cidade. Mas, em todas as freguesias, existiam centros e grupos socialistas activos, que desenvolviam intensa propaganda. Nesse ano, um grupo de jovens criou o Grupo Dramático Socialista, que levou à cena várias peças do repertório clássico do teatro social⁶⁴. Referindo-se a este período, Alexandre Vieira, redactor principal do diário sindicalista *A Batalha*, elogiava a combatividade dos socialistas portuenses, que, ao contrário do que acontecia na capital, mantinham maior ligação ao movimento operário⁶⁵. O mesmo autor realçava a importância dos grupos anarquistas do Porto, não só através da intervenção sindical mas sobretudo com a publicação de jornais importantes⁶⁶, como *A Aurora* (1910-1920)⁶⁷, pelo Grupo de Propaganda Libertária, criado em 1904 e bastante activo até 1925, em que participaram conhecidos militantes anarco-sindicalistas, como Serafim Cardoso Lucena (1872-1943), Manuel Joaquim de Sousa (1883-1945) ou Clemente Vieira dos Santos (1889-1960)⁶⁸. Outro grupo libertário muito activo era o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, fundado em 1908, nas Antas, que promovia edições, conferências, cursos, excursões, teatro e outras iniciativas⁶⁹.

A agitação política manifestava-se também na Universidade, com adesões à causa monárquica ou à causa republicana. No início de Junho, estu-

⁶² *O Comércio do Porto*. (2-4-1919).

⁶³ BATALHA, Ladislau - A Crise mundial. *A Comuna*. (30-4-1919) 1.

⁶⁴ PERALTA GARCÍA, 2009:136.

⁶⁵ VIEIRA, 1974:177-178.

⁶⁶ VIEIRA, 1974:177: “Se bem que o operariado do Porto tivesse secundado animosamente o movimento sindicalista português, havendo mesmo saído do seu seio militantes que na 1.ª secção da CGT desempenharam papel saliente, a verdade é que a acção exercida pelos elementos avançados da segunda cidade do país se fez sentir mais notavelmente nos agrupamentos anarquistas, em especial no que respeita à imprensa, onde sustentaram jornais e revistas dos melhores que têm sido editados em Portugal”.

⁶⁷ Continuado pelo jornal *A Comuna: órgão comunista libertário* (1920-1927), igualmente sediado na Rua do Sol, e tendo como redactor principal Serafim Cardoso Lucena.

⁶⁸ FREIRE e LOUSADA, 2013:82, 63, 75-76, 79.

⁶⁹ FREIRE e LOUSADA, 2013:83.

dantes da Faculdade de Ciências declararam-se em greve, alegadamente em solidariedade com os seus colegas de Coimbra, contra a extinção da Faculdade de Letras nessa cidade e a sua substituição pela Faculdade de Letras, a criar na Universidade do Porto. Mas outros estudantes de Ciências, tal como o Grémio Académico Republicano do Porto, opuseram-se a essa greve, considerando que se tratava de um movimento “reaccionário”, “anti-patriótico e anti-republicano”, que não tinha o apoio da academia do Porto⁷⁰. Em 15 de Dezembro, os confrontos entre estudantes republicanos e monárquicos foram mais violentos, provocando vários feridos, entre os quais o Director da Faculdade, Paulo Ferreira, que esteve internado alguns dias no hospital⁷¹.

CRISE DE SUBSISTÊNCIAS, CARESTIA DE VIDA E AGITAÇÃO SOCIAL

Em 1919, o Porto viveu um período de intensa agitação social. Para as classes populares, a esperança de que o fim da guerra viesse resolver o problema das subsistências e da carestia de vida, que se tinha agravado muito em 1918, saiu, em parte, defraudada. O Porto era a cidade do país com o custo de vida mais caro, superior ao da capital. Mas, em 1919, ao contrário do que acontecera no ano anterior, abrandou o ritmo do aumento do custo de vida, o que permitiu valorizar os salários reais.

Índices do custo de vida nas cidades de Lisboa e Porto e dos salários fabris, 1914-1921

Anos	Custo vida Lisboa	Custo vida Porto	Salários fabris
1914	100	100	100
1915	112	112	140
1916	137	138	180
1917	172	215	225
1918	234	378	270
1919	314	399	317
1920	475	830	400
1921	728	1.044	750

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal ano de 1921. Lisboa: Imprensa Nacional, 1925, p. 234; MEDEIROS, 1978:133-134; MARQUES, 1978:367.*

Nota: *índices referentes a Julho de cada ano; na construção dos índices do custo de vida foram considerados os “preços a retalho de 26 géneros destinados à alimentação, iluminação e lavagem”.*

⁷⁰ *O Comércio do Porto.* (4-6-1919), (6-6-1919).

⁷¹ *O Comércio do Porto.* (16-12-1919), (20-12-1919), (21-12-1919). Refira-se que a FLUP começou a funcionar, provisoriamente, no edifício da Faculdade Ciências, em Outubro, iniciando-se as aulas em 10 de Novembro, com 60 alunos inscritos, mais do que os que frequentavam as faculdades de Letras em Lisboa e Coimbra - *O Comércio do Porto.* (16-10-1919), (30-10-1919); veja-se, também, ALVES, 2012:335.

No início do ano, contrariando as previsões mais otimistas, a crise de subsistências agravou-se. Em Janeiro, lia-se no jornal socialista *A Voz do Povo*:

A carestia de vida, impiedosamente, cruelmente, não cessa de nos castigar, não obstante haver terminado a guerra e de se haver tornado menos difícil o transporte e a circulação das mercadorias por mar e por terra. / Alguns dos géneros essenciais à alimentação da pobreza, tais como o arroz, a batata, o açúcar, a carne, o pão, o feijão, o azeite, ou não se encontram facilmente ou custam carradas de dinheiro. / A fome, portanto, também não cessa de castigar o povo operário, que não ganha o necessário para custear uma alimentação que ao menos lhe conserve a saúde e lhe permita uma regular resistência à acção do trabalho, do Inverno e das doenças que grassam e que vitimam gente em abundância⁷².

Na imprensa generalista, várias notícias apontavam no mesmo sentido. No dia em que se implantou a Monarquia do Norte, *O Comércio do Porto* referia-se à crise de subsistências, considerando que se tornara “maior do que ela teria sido no auge da guerra”⁷³.

A nova vereação republicana, nomeada após a derrota dos monárquicos, assumiu a questão das subsistências como um dos principais problemas a solucionar. Logo no dia da tomada de posse, a 15 de Fevereiro, afirmava “a urgência em tomar todas as providências para que à população humilde do Porto não falte o pão”⁷⁴. O pelouro das subsistências foi confiado ao industrial Manuel Pinto de Azevedo⁷⁵, que já desempenhara essas funções na vereação anterior ao Sidonismo⁷⁶. Ainda nesse mês, foi adoptado um novo sistema de distribuição de pão às classes pobres, proposto por Alfredo da Silva, professor do Instituto Comercial do Porto, que a Câmara nomeou como seu delegado no Serviço de Subsistências. O novo sistema funcionou a partir de 1 de Março, permitindo a venda diária de 60 mil kg de “pão da Câmara” em cerca de 120 padarias a mais de 26 mil chefes de família, o que correspondia a perto de 120 mil pessoas, conseguindo acabar com as longas filas de espera⁷⁷.

⁷² *A Voz do Povo*. (12-1-1919).

⁷³ *O Comércio do Porto*. (19-1-1919). Em outro artigo, publicado no início de Fevereiro, dava nota do péssimo funcionamento dos serviços municipais encarregados de zelar pelo abastecimento regular de pão às classes pobres: “Vêm-se longas filas de pobres, mulheres e crianças, a tiritar de frio e muitas vezes encharcadas, longas horas à espera de pão, sendo para lamentar que dias tem havido em que alguma dessa pobre gente retira sem ser servida e outra doente” - *O Comércio do Porto*. (4-2-1919).

⁷⁴ Arquivo Municipal do Porto - *Actas da Comissão Administrativa*, sessão de 15-2-1919.

⁷⁵ *Idem, ibidem*.

⁷⁶ ROSSUM, 2011:75-95.

⁷⁷ *O Comércio do Porto*. (4-3-1919), (15-3-1919). Em Agosto, um relatório do delegado da Comissão de Subsistências, apresentado na reunião de vereação de 21 desse mês, reafirmava que, devido aos esforços da Câmara, o pão nunca faltou na cidade, sendo abastecidas em média pelo “pão da Câmara” 32.678 famílias, correspondendo a 126.367 pessoas, em 124 padarias, que distribuíam cerca de 54.000 kg pão/dia - *O Comércio do Porto*. (22-8-1919).

A melhoria do abastecimento de pão não extinguiu, obviamente, a pobreza extrema, que afligia muitas famílias operárias, afectadas pelo desemprego, como acontecia com os tecelões e os fiandeiros, fazendo crescer a “legião de pedintes” nas ruas, constituída sobretudo por crianças⁷⁸. Na noite de 11 de Março, a Junta Geral do Distrito iniciou uma campanha contra a mendicância infantil, prendendo todas as crianças mendigas e internando-as em asilos:

Pela Junta Geral do Distrito continuam a ser recolhidas nos estabelecimentos de beneficência seu cargo as crianças que a miséria e a orfandade atiraram para as ruas da cidade. (...) além dos 1.063 menores que já tinha a seu cargo em fins de Fevereiro, recolheu nas 7 noites últimas 116 menores famintos que, esmolando, vagueavam pelas ruas centrais da cidade⁷⁹.

Se a acção da Câmara do Porto permitiu travar a crise de subsistências na cidade, não conseguiu evitar o aumento dos preços de muitos produtos nem as fraudes praticadas por comerciantes menos escrupulosos. Eram frequentes as queixas contra o pão intragável, o roubo no peso, as falsificações e os açambarcamentos. Daí que as organizações operárias protestassem, a cada passo, contra “a insuportável carestia das subsistências”⁸⁰.

A tensão aumentou a partir de Setembro, quando a União dos Sindicatos lançou uma campanha contra a carestia, iniciada com uma “concorridíssima reunião operária”, em 18 desse mês, que convocou um comício para o dia 21, nas Fontainhas⁸¹. O comício foi proibido pelas autoridades⁸², mas, logo a seguir, a União dos Sindicatos marcou outro para o dia 14 de Outubro, com abandono do trabalho a partir das 12 horas, que juntou milhares de populares num terreno da Rua da Alegria. Os discursos e a moção aí aprovada deixam perceber a orientação anarco-sindicalista do movimento, com laivos de propaganda bolchevista: “O povo consumidor do Porto, reunido em comício público, para protestar contra a carestia de vida, saúda o proletariado da Rússia, da Hungria, da Itália e de todos os pontos do globo, que se têm sacrificado pela revolução social, que desponta”⁸³. Na segunda quinzena desse mês, diversas associações operárias reuniram-se em sessão permanente contra a carestia de vida⁸⁴. Alguns géneros desapareciam do mercado e só se conseguiam obter por preços altíssimos, como aconteceu, por diversas vezes, com o açúcar, sobretudo a partir de Agosto. Em Outu-

⁷⁸ *O Comércio do Porto*. (14-3-1919).

⁷⁹ *O Comércio do Porto*. (22-3-1919).

⁸⁰ *O Comércio do Porto*. (3-4-1919).

⁸¹ *O Comércio do Porto*. (19-9-1919), (21-9-1919).

⁸² *O Comércio do Porto*. (23-9-1919).

⁸³ *O Comércio do Porto*. (15-10-1919).

⁸⁴ *O Comércio do Porto*. (21-10-1919), (24-10-1919).

bro, *O Comércio do Porto* comentava: “[o açúcar] desaparece, como por encanto, do mercado e as reduzidas quantidades que se podem obter são vendidas a preços exorbitantes”⁸⁵. Em Novembro, voltou a haver falta de pão. Entretanto, agravara-se também a crise da habitação, escasseando as casas para arrendar, o que se traduziu no aumento das rendas. Já no final do ano, numa reunião magna na sede da União dos Sindicatos Operários, defendia-se que as classes trabalhadoras deveriam reivindicar aumentos de salários para fazer face ao grande aumento dos preços dos géneros, aventando-se a possibilidade de uma greve geral⁸⁶.

O ano de 1919 foi, aliás, marcado por uma intensa agitação grevista, em especial a partir do Verão. Os primeiros meses do ano, dominados pelos acontecimentos políticos, parecem ter sido de acalmia, mas o 1.º de Maio, que teve grande participação popular, iniciou uma fase de reivindicações e conflitos em vários sectores, em torno da jornada de trabalho de 8 horas e/ou de aumentos salariais⁸⁷. Em Maio e Junho, houve greves de tanoeiros⁸⁸, alfaiates⁸⁹, metalúrgicos⁹⁰, barbeiros⁹¹, encadernadores⁹², correeiros e construtores de carruagens⁹³, padeiros⁹⁴, chapeleiros, refinadores de açúcar⁹⁵, tecelões⁹⁶ e ourives de prata⁹⁷. Em Julho, o movimento grevista ganhou ainda maior amplitude com a entrada em cena dos trabalhadores dos transportes,

⁸⁵ *O Comércio do Porto*. (11-10-1919). Em Dezembro, os preparativos da época natalícia foram marcados pela carestia de sal e de açúcar.

⁸⁶ *O Comércio do Porto*. (20-12-1919).

⁸⁷ *O Comércio do Porto*. (3-5-1919).

⁸⁸ *O Comércio do Porto*. (22-5-1919). A greve continuou durante grande parte do mês de Junho, atingindo momentos de grande violência, como em 29 de Maio, em que a repressão policial provocou dois mortos e vários feridos - *O Comércio do Porto*. (30-5-1919).

⁸⁹ *O Comércio do Porto*. (27-5-1919). Só terminou em 17 de Junho - *O Comércio do Porto*. (18-6-1919).

⁹⁰ *O Comércio do Porto*. (28-5-1919). Em algumas fábricas, os operários só voltaram ao trabalho no início de Julho, após os patrões aceitarem o horário de 8 horas - *O Comércio do Porto*. (5-7-1919). Mas, nas principais fábricas da cidade, a greve dos metalúrgicos continuou, pelo menos, até ao início de Setembro - *O Comércio do Porto*. (5-9-1919).

⁹¹ *O Comércio do Porto*. (31-5-1919). A greve terminou em 3 de Junho - *O Comércio do Porto*. (4-6-1919).

⁹² *O Comércio do Porto*. (7-6-1919), (19-6-1919).

⁹³ *O Comércio do Porto*. (13-6-1919).

⁹⁴ *O Comércio do Porto*. (26-6-1919). A greve foi marcada por alguns episódios de violência, repressão policial e intervenção do Governador Civil, procurando pôr fim ao conflito. Foram mobilizados praças da Manutenção Militar da Póvoa de Varzim, para que não faltasse pão na cidade - *O Comércio do Porto*. (1-7-1919). Numa reunião no Governo Civil, os donos das padarias e os trabalhadores chegaram a um acordo para terminar a greve, mas no início de Agosto vários industriais ainda não cumpriam esse acordo - *O Comércio do Porto*. (2-8-1919).

⁹⁵ *O Comércio do Porto*. (19-6-1919).

⁹⁶ *O Comércio do Porto*. (28-6-1919).

⁹⁷ TEODORO, 2014:577.

nomeadamente dos Caminhos de Ferro⁹⁸ e da Carris⁹⁹. Até ao final do ano, decorreriam muitas outras greves: funileiros¹⁰⁰, operários de fábricas de botões¹⁰¹, de calçado¹⁰² e de guarda-sóis¹⁰³, empregados dos talhos¹⁰⁴, trabalhadores da Fábrica de Instrumentos Musicais¹⁰⁵, descarregadores de bacalhau¹⁰⁶, carpinteiros¹⁰⁷, jardineiros¹⁰⁸, fabricantes de vassouras¹⁰⁹, trabalhadores do cabo aéreo de S. Pedro da Cova¹¹⁰ e outros.

A criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), que sucedeu à União Operária Nacional (UON), no Congresso Operário de Coimbra, em 13-15 de Setembro, veio reforçar a organização sindical, com a constituição de sindicatos únicos em diversas profissões, por fusão de associações de classe. Liderada pelo anarco-sindicalista portuense, Manuel Joaquim de Sousa, e dispondo de um jornal diário de ampla difusão, *A Batalha*, a CGT impulsionou a radicalização dos movimentos laborais. No Porto, onde os anarco-sindicalistas tinham grande implantação no movimento operário¹¹¹, a ideia de greve geral, já avançada no comício de 14 de Outubro contra a carestia de vida, concretizar-se-ia em Janeiro de 1920, sendo declarado o estado de sítio na cidade, encerradas sedes sindicais e presos vários militantes operários¹¹².

VIDA CULTURAL E SOCIABILIDADES PORTUENSES

As vicissitudes políticas que marcaram o quotidiano da cidade em 1919, a par da intensa agitação das classes trabalhadoras, não parecem ter enfraque-

⁹⁸ A greve foi declarada à escala nacional em 2 de Julho - *O Comércio do Porto*. (3-7-1919) e envolveu vários episódios de violência, com a prisão de grevistas - *O Comércio do Porto*. (4-7-1919) -, substituição de trabalhadores - *O Comércio do Porto*. (5-7-1919) -, etc., só terminando no início de Setembro - *O Comércio do Porto*. (2-9-1919). Sobre esta greve dos ferroviários, veja-se MEDEIROS, 1978:183-195; PEREIRA, 2011:129-132.

⁹⁹ Desde 28 de Julho - *O Comércio do Porto*. (29-7-1919).

¹⁰⁰ *O Comércio do Porto*. (2-7-1919). A greve terminou logo a seguir, pois os patrões concederam as 8 horas de trabalho - *O Comércio do Porto*. (4-7-1919).

¹⁰¹ Onde o patrão baixara os salários - *O Comércio do Porto*. (8-7-1919).

¹⁰² *O Comércio do Porto*. (20-7-1919).

¹⁰³ *O Comércio do Porto*. (24-7-1919).

¹⁰⁴ A 1 de Agosto, a greve durou apenas algumas horas, já que os patrões atenderam a reivindicação de aumento salarial - *O Comércio do Porto*. (2-8-1919). Mas, alguns dias depois, a greve continuava em alguns talhos, o que deixa supor que nem todos os patrões cumpriram o aumento de salários acordado - *O Comércio do Porto*. (10-8-1919).

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁶ *O Comércio do Porto*. (6-9-1919).

¹⁰⁷ A greve, iniciada em 22 de Setembro, reivindicava as 8 horas de trabalho e o aumento de salários - *O Comércio do Porto*. (21-9-1919).

¹⁰⁸ *O Comércio do Porto*. (3-10-1919).

¹⁰⁹ *O Comércio do Porto*. (9-10-1919).

¹¹⁰ *O Comércio do Porto*. (10-10-1919).

¹¹¹ PEREIRA, 2013:117.

¹¹² TEODORO, 2014:103 e 580.

cido a vida cultural e social do Porto. Antes pelo contrário. Já atrás aludimos à revivescência dos centros republicanos, socialistas e libertários, muitos dos quais eram não só espaços de acção política mas também de intensa sociabilidade¹¹³, promovendo diversas iniciativas culturais, conferências, cursos, debates, edições, saraus musicais ou teatrais, excursões, etc., assumindo um papel importante na formação e na vida cívica de muitos portuenses. Mas a vida cultural e social no Porto de 1919 estava longe de se limitar a esses centros. Mesmo numa sondagem breve, seria impossível dar nota da multiplicidade de espaços, grupos e iniciativas que ora diferenciavam ora aproximavam os portuenses.

Seria fastidioso elencar aqui as livrarias, tipografias e editoras do Porto desta época e, ainda mais, a respectiva actividade editorial. Já nos referimos à Renascença Portuguesa. Entre muitas outras, poder-se-iam destacar a Livraria Editora Chardron, de Lello & Irmão, instalada no belo edifício da Rua dos Carmelitas desde 1906, a Imprensa Social, da Casa do Povo Portuense, na Rua de Camões desde 1914, a Companhia Portuguesa Editora, a Imprensa da Enciclopédia Portuguesa, as tipografias Central, Progresso, Costa Carregal, Mendonça, as Oficinas do Comércio do Porto, a Livraria de J. Pereira da Silva, a Civilização... Apesar da extensão do analfabetismo, a leitura era um hábito regular de muitos portuenses, a avaliar pelas sucessivas edições de algumas obras, para já não falar das dezenas de jornais que então se publicavam no Porto¹¹⁴, seis deles diários – *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro*, *A Montanha*, *O Norte* e *O Debate*¹¹⁵ –, além da distribuição de diversos jornais da capital.

Por esta altura, o Porto, berço do cinema em Portugal, continuava a acarinhavar a sétima arte. É certo que a aventura de manter uma indústria cinematográfica, sonho de Alfredo Nunes de Matos, com a construção dos Estúdios Invicta Film (1918-1924) e a aposta num modelo de cinema nacional, baseado em romances portugueses, não teve o êxito financeiro esperado. A popularidade dos filmes realizados pelo francês Georges Pallu, como *A Rosa do Adro* e as médias metragens *O Comissário da Polícia* e *O Mais Forte*, estreados, respectivamente, em Julho e em Novembro de 1919, no Jardim Passos Manuel, não evitou a falência da Invicta poucos anos depois¹¹⁶. Mas o número significativo de cinematógrafos, muitos deles combinando

¹¹³ ALMEIDA, 2015:148-156. A esses espaços poderíamos acrescentar as 13 lojas maçónicas que estavam activas na cidade em 1919, reunindo mais de 800 obreiros, quase todos da elite republicana, com grande influência na vida política, económica e social – ALMEIDA, 2015:120-147.

¹¹⁴ Para uma análise da imprensa portuense, veja-se FERNANDES, 1978.

¹¹⁵ Até ao início de Fevereiro de 1919, publicou-se também o vespertino monárquico *Pátria*, mas o seu envolvimento na preparação da Monarquia do Norte levaria à sua extinção.

¹¹⁶ CORDEIRO, 2010:105.

essa função com outras artes do palco, desde o teatro à música ou à dança e a espetáculos de variedades, com sessões regulares e grande afluência de público, revela bem a sua importância entre os espaços culturais da cidade¹¹⁷. Além do já referido Jardim Passos Manuel, as escolhas podiam variar entre o Teatro Nacional (mais tarde transformado no Rivoli), o Sá da Bandeira, o Carlos Alberto, o Águia de Ouro, o High Life, o Salão Jardim Trindade ou o Gil Vicente, no Palácio de Cristal. Por vezes, havia sessões ao ar livre¹¹⁸. A adesão dos portuenses ao cinema revela-se ainda na publicação de revistas especializadas. Em 1919, por iniciativa de Alberto Armando Pereira, começou a editar-se *Porto Cinematográfico*, que duraria até 1925.

O teatro rivalizava em popularidade com o cinema, nessas ou em outras salas. Em 1919, merecem referência especial, por razões bem diferentes, dois teatros do Porto. Um deles, o Éden Teatro, na Rua Alexandre Herculano, por ter sido utilizado pelos monárquicos para prisão, julgamento e tortura de republicanos e outros opositores à Monarquia do Norte¹¹⁹, o que o tornou um dos alvos da fúria popular, aquando da restauração da República¹²⁰. Outro teatro histórico do Porto, o S. João, na Praça da Batalha, teve destino inverso, renascendo das cinzas. No lugar do velho teatro lírico, destruído por um incêndio em 1908, foi construído um novo edifício, projectado pelo arquitecto Marques da Silva, pronto para reabrir ao público em meados de 1919¹²¹, mas só reinaugurado em 7 de Março de 1920, com a *Aida*, de Verdi, interpretada pela Companhia de Ópera Italiana¹²².

Vale a pena referir, ainda, que as representações teatrais juntavam actores amadores e públicos em muitas outras salas espalhadas pela cidade, sobretudo nas colectividades populares, algumas das quais se afirmavam também como «grupos dramáticos» e promoviam diversas iniciativas que propiciavam a convivialidade quotidiana de muitos associados. Refiro apenas, entre muitos outros, o Grupo Dramático Beneficente Mocidade da Arrábida, ainda hoje activo: além das suas atividades regulares, comemorou, em 15 de Agosto, o seu quarto aniversário com um programa que incluiu a tradicional alvorada e fogo-de-artifício, distribuição de esmolas aos pobres, uma sessão solene, um sarau dançante e, à noite, a iluminação exterior do edifício e um espectáculo com o drama *Cenas do Mundo*¹²³.

¹¹⁷ CORREIA, 1993.

¹¹⁸ Como aconteceu, por exemplo, na Avenida das Tílias, no Palácio de Cristal, em 13-9-1919, ou na Praça Liberdade, na comemoração da implantação da República, em 5-10-1919 - *O Comércio do Porto*. (14-9-1919), (4-10-1919).

¹¹⁹ OLIVEIRA, 1919:5-7; LIMA, 1920:49-76.

¹²⁰ *O Comércio do Porto*. (18-2-1919).

¹²¹ *O Comércio do Porto*. (9-7-1919).

¹²² MOREIRA, 2017:52.

¹²³ *O Comércio do Porto*. (15-8-1919).

Com maior capacidade económica dos seus associados, os clubes burgueses dispunham, na maioria dos casos, de amplas instalações para a realização de actividades culturais e de lazer: gabinetes de leitura, espaços de convívio e de refeições, salas de jogo, salões para conferências, exposições, saraus literário-musicais e *soirées* dançantes. Alguns tinham já uma longa história. Com mais de 2 mil associados, o mais activo e frequentado era o Ateneu Comercial do Porto, que completou em Agosto as suas bodas de ouro, organizando grandes festejos entre 29 e 31 desse mês, incluindo alvorada com duas bandas de música pelas ruas centrais da cidade, concertos, abertura ao público das suas instalações, bodo aos pobres, concurso de montras, sessão solene, iluminação do edifício e da Rua Passos Manuel, lançamento da primeira pedra do monumento a Almeida Garrett, na Avenida das Nações Aliadas, almoço de confraternização dos sócios no Palácio de Cristal, que se prolongou pela tarde e noite, com sessões de cinema e marionetes e um festival nocturno com música e espectáculo de pirotecnicia¹²⁴. Outros clubes da cidade organizavam vários eventos, como a Assembleia Comercial Portuense, com *soirées* dançantes todos os meses, o Clube Portuense, «o mais distinto e aristocrático clube do Porto»¹²⁵, ou o Clube Fenianos Portuenses. No entanto, em 1919, estes dois últimos, por razões diversas, reduziram a sua intensa actividade à realização de projectos e obras das suas novas sedes. Os Fenianos, cuja sede na Batalha fora alvo da fúria trauliteira, optaram por adquirir à Câmara um vasto terreno no topo poente da Avenida das Nações Aliadas, onde viriam a construir a sua nova sede, cujo projecto, da autoria do arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira, foi apresentado, publicamente, no início de dezembro¹²⁶. Por essa altura, já o Clube Portuense ultimava as obras no Palácio Vizela, esperando inaugurar a nova sede em 1920¹²⁷. Refira-se, ainda, que, no final de 1919, foi inaugurado um novo clube, o Splendid Club, na Rua de Santa Catarina¹²⁸.

A par dos centros, clubes e colectividades, outros espaços da cidade ofereciam oportunidades de lazer e de sociabilidade a públicos mais vastos. O mais importante continuava a ser o Palácio de Cristal, frequentado sobretudo pelas classes médias e pelas elites portuenses. O restaurante, onde se organizavam, muitas vezes, jantares-concerto e chás dançantes, reunia “numerosas pessoas de distinção”¹²⁹. Além das exposições – eram particular-

¹²⁴ PEREIRA e PEREIRA, 1995:109-110, 128-129.

¹²⁵ *O Comércio do Porto*. (23-12-1919).

¹²⁶ *O Comércio do Porto*. (9-12-1919).

¹²⁷ *O Comércio do Porto*. (27-12-1919).

¹²⁸ *O Comércio do Porto*. (25-12-1919).

¹²⁹ Como aconteceu, por exemplo, no “chá-tango” de 18 de Dezembro, uma 5.ª feira, animado pelos “danseurs parisienses” Mimi Fritz e Gerardo - *O Comércio do Porto*. (20-12-1919).

mente concorridas as exposições de flores, nomeadamente de crisântemos e de rosas¹³⁰ – e outras actividades, como a patinagem, realizadas na nave central, o Palácio era um lugar de passeio público nos seus magníficos jardins e de encontros amorosos nos seus recantos, mantendo uma animação cultural regular e variada no cinematógrafo (Gil Vicente), na Galeria Nacional de Belas Artes e no Museu Industrial. No Verão, eram também muito populares os espectáculos de marionetes.

No período da República, como tem sido salientado por diversos autores, a democratização do desporto, e particularmente do futebol¹³¹, não só multiplicava os praticantes e os clubes como enchia os campos de jogo com adeptos entusiastas. A guerra fizera abrandar essa tendência, mas, logo em 1919, era visível a “renovação”. No caso portuense, destacava-se já a superioridade do Futebol Clube do Porto face aos outros clubes (entre os quais o Boavista e o Salgueiros). Outras modalidades, como o tradicional *lawn tennis*, acarinhado pela comunidade britânica, ou os desportos náuticos (regatas, *water polo*, natação, etc.), em que sobressaía o Fluvial, mas também o hipismo e o ciclismo, despertavam grande interesse dos portuenses.

Mesmo numa abordagem breve, não poderíamos omitir, entre os lazeres portuenses, os que se relacionavam com as muitas festividades tradicionais, de carácter religioso, mas com atractivos mundanos, desde os arraiais aos excessos gastronómicos e aos não menos excessivos consumos de vinho, que animavam alegrias esfusiantes ou desacetos. Especialmente entre o final da Primavera e o início do Outono, muitos portuenses participavam em numerosas festividades, na cidade ou nos concelhos vizinhos, como Senhor da Pedra, Santa Ana de Oliveira (em Oliveira do Douro), Senhora da Assunção (na Serra do Pilar), Senhora da Saúde (na Arca de Água), S. Bartolomeu (na Foz), Senhor Jesus do Além (em Gaia), Senhora da Conceição de Monchique (em Massarelos), Senhor de Matosinhos... Em meados de Junho, *O Comércio do Porto* noticiava a animação deromeiros portuenses que se deslocavam ao Senhor da Pedra, em Miramar:

Logo às primeiras horas de domingo, todas as ruas do Porto começaram a ter um movimento desusado, notando-se já diversos grupos de populares que, desejosos de autogozarem as delícias da romagem, mas também de qualquer forma suavizarem o sacrifício do longo trajecto a percorrer, lançavam à brisa matinal os seus descantes e as suas guitarradas características, acordando o silêncio da madrugada com o eco das cantigas mais em voga no ambiente popular e pondo uma nota original e extravagante na habitual pacatez de uma

¹³⁰ Veja-se, por exemplo, o documentário *Exposição de rosas no Palácio de Cristal*. Filmes Castello Lopes, 1919. Disponível *on-line* no site da Cinemateca Portuguesa: <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=2708&type=Video>. Acesso em 20.03.2019.

¹³¹ Veja-se, por exemplo, COELHO e PINHEIRO, 2002; PEREIRA, 2018.

madrugada domingueira nesta tranquila cidade sempre fiel ao seu tradicionalismo. / Mais tarde, pela ponte fora, em direcção a Vila Nova de Gaia, o aspecto da multidão era então interessantíssimo, merecendo especial reparo vários char-à-bancs adornados de flores e folhagens e ajouçados de povo numa alegria verdadeiramente saudável, consoladora, espontânea, nascida da alma popular e, como ela, simples e despreocupada¹³².

Mas a principal festa da cidade era, como hoje, o S. João, por tradição e por ser o feriado municipal escolhido pelos portuenses em 1911¹³³. Na noite de 23 para 24 de Junho, a maioria dos portuenses saía à rua, muitas vezes em rusgas que deambulavam por diversos pontos da cidade, em especial pelas zonas populares, onde se multiplicavam os festejos, com bailaricos e locais de petiscos e bebidas: Taipas e Belmonte, Bonjardim, Fontinha, Malmerendas, S. Victor, Monte Aventino, Largo da Sé, Campo Pequeno, Fontainhas, Palácio de Cristal, Passeio Alegre... Em 1919, o São João decorreu com um “calor sufocante”, que juntou uma multidão nas Fontainhas, para “ver nascer o dia”. No Palácio de Cristal, terão estado mais de 10 mil pessoas¹³⁴.

Em contrapartida, as festas de São Pedro, outrora tão populares, sobretudo em Miragaia, tinham perdido importância na cidade, mas continuavam a atrair muitos foliões ao arraial da praia da Afurada. Em 1919, a festa acabou em tragédia. Na manhã de 29 de Junho, naufragou uma bateira que transportava 13 pessoas da Afurada para o cais do Bicalho, 9 das quais morreram afogadas¹³⁵.

Outros espaços de encontro e convivialidade propiciavam a muitos portuenses momentos de lazer quotidiano ou sazonal, desde os cafés, cervejarias e tabernas aos locais de veraneio e passeatas na Foz, Matosinhos, Leça, Granja ou Espinho, estes mais limitados às elites, ou às populares excursões e ao que chamaríamos hoje de turismo gastronómico. E muito mais...

NOTA FINAL

Um percurso mais longo pelo Porto de 1919 levar-nos-ia por esses e outros caminhos, que não tive tempo de trilhar aqui. Numa análise breve, a observação de uma cidade deixa sempre muitos recantos por sondar, ambientes, acontecimentos, processos, ideias, tendências, relações, modos de viver, mais ou menos visíveis ou escondidos. Sem preocupações de exaustividade, mas tentando compreender o sentido plural e complexo da cidade e das suas gentes, pretendi apenas alinhar um conjunto de notas sobre diversos aspectos que terão marcado, com maior ou menor intensidade, a vida dos portuen-

¹³² *O Comércio do Porto*. (17-6-1919).

¹³³ SILVA, 2011.

¹³⁴ *O Comércio do Porto*. (24-6-1919), (26-6-1919).

¹³⁵ *O Comércio do Porto*. (8-7-1919).

ses em 1919. Neste percurso, beneficiei de vários estudos monográficos dos muitos investigadores que se têm debruçado sobre a história do Porto neste período, e muitos mais poderia ter utilizado. A leitura de algumas fontes hemerográficas, em especial do diário *O Comércio do Porto*, possibilitou-me aprofundar um ou outro ponto, numa cronologia mais fina, para perceber os principais acontecimentos que eram notícia na imprensa generalista.

Nota: Por opção do autor, este texto não segue o acordo ortográfico de 1990.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo (2015) – *A Maçonaria no Porto durante a 1.ª República*. Lisboa: Chiado Editora.

ALVES, Jorge Fernandes (2012) – *A Universidade na República, a República na Universidade: a UP e a I República: 1910-1926*. Porto: U.Porto Edições.

BRANDÃO, Raul (2000) – *Memórias. Tomo III - Vale de Josafat*. Lisboa: Relógio d'Água.

BRAUDEL, Fernand (1958) – Histoire et sciences sociales: la longue durée. *Annales E. S. C.* (Out.-Dez.) 725-753.

BRITO, André Santos (2016) – *A Conflitualidade social na cidade do Porto no período da Grande Guerra: 1914-1919*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

CARDOSO, José Luís; ROCHA, Maria Manuela (2009) – O Seguro social obrigatório em Portugal, 1919-1928: acção e limites de um Estado providente. *Análise Social*. 44:192, 439-470.

COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco (2002) – *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2010) – *História do Porto. Vol. 13 - Desafios à República: cidade inconformada e rebelde*. Matosinhos: Quid Novi.

CORREIA, Fausto Rafael dos Santos Teles (2016) – *Os Socialistas portugueses e a Grande Guerra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

CORREIA, Sílvia (2011) – A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal. *CEM: Cultura, Espaço e Memória*. 2, 33-50.

CORREIA, Victor Manuel Miranda (1993) – *O Cinema no Porto, 1893-1935*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea.

FERNANDES, Raul de Matos (1978) – *Jornais do Porto: 1896-1925*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

FERREIRA, Pedro Soares (2011) – *Entre o terror e a esperança: a Revolução Russa na sociedade portuguesa: 1917-1921*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre (2013) – *Roteiros da Memória Urbana - Porto: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

GUICHARD, François (1994) – O Porto no século XX. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 523-637.

LEAL, Ernesto Castro (2000) – Narrativas e imaginários da 1.ª Grande Guerra: “O Soldado-Saudade” português nos “nevoeiros de morte”. *Revista de Historia das Ideias*. 21, 441-460.

LIMA, Campos (1920) – *No Reino da Traulitânia: 25 dias de reacção monárquica no Porto*. 2.ª ed. Porto: Renascença Portuguesa.

MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. (1978) – *História da 1.ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

MARTINS, Conceição Andrade (1990) – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

MATOS, Fátima Loureiro de (1994) – Os Bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*. 29:127, 677-695.

MATOS, Fátima Loureiro de (2015) – Da implantação da República à Primeira Guerra: as primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias. In PEREIRA, Gaspar Martins [et al.]. – *A Grande Guerra, 1914-1918: problemáticas e representações*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 369-381.

MEDEIROS, Fernando (1978) – *A Sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.

MOREIRA, Joana Miguel (2017) – *O Teatro no Porto no período entre guerras: os teatros Carlos Alberto e São João (1914-1945)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

NORA, Pierre (1977) – O Regresso do acontecimento. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre, org. – *Fazer História*. Lisboa: Bertrand, vol. 1, p. 243-262.

OLIVEIRA, César (1990) – *O Operariado e a Primeira República, 1910-1924*. Lisboa: Alfa.

OLIVEIRA, Manuel Caetano de (1919) – *Durante a Monarquia dos Trauliteiros: de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919: Depoimento duma vítima*. Porto: Tip. Central.

PAQUOT, Thierry (1992) – Introduction. In RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry, dir. – *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècles*. Paris: Larousse, p. 11-17.

PERALTA GARCÍA, Beatriz (2009) – *La Cultura obrera en Portugal: teatro y socialismo durante la Primera República (1910-1926)*. Mérida: Junta de Extremadura; Editora Regional de Extremadura.

PEREIRA, Gaspar Martins (1995) – *Famílias portuenses na viragem do século: 1880-1910*. Porto: Edições Afrontamento.

PEREIRA, Gaspar Martins (2002) – *Eduardo Santos Silva: cidadão do Porto*. Porto: Campo das Letras.

PEREIRA, Gaspar Martins (2011) – As Ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. In SANTOS, Carlota, coord. – *Família, espaço e património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 477-493.

PEREIRA, Gaspar Martins (2021) – *Sociedade dos Vinhos Borges: uma história secular*. Rio Tinto: Sociedade dos Vinhos Borges. [No prelo]

PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena, coord. (1995) – *Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto: 1869-1994*. Porto: Ateneu Comercial do Porto.

PEREIRA, Joana Dias (2009) – A Ofensiva operária. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 421-440.

PEREIRA, Joana Dias (2011) – *Sindicalismo Revolucionário: a História de uma ideia*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

PEREIRA, Joana Dias (2013) – Anarcossindicalismo. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 1, p. 114-122.

PEREIRA, Miriam Halpern (1999) – As Origens do Estado-providência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado. In *A Primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, p. 47-76.

PEREIRA, Ricardo Costa (2018) – *O Futebol português durante a I República: 1910-1926*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento em História.

PIMENTEL, João Sarmento (1974) – *Memórias do capitão*. 2.^a ed. Porto: Editorial Inova.

PINA, André Costa (2018) – *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

PINTO, Ana Catarina (2011) – *A Primeira República e os conflitos da modernidade, 1919-1926: a esquerda republicana e o bloco radical*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

PINTO, Ana Isabel Ferreira (2012) – *Da arquitectura de Marques da Silva e Oliveira Ferreira: para um retrato portuense nas primeiras décadas do século XX*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1971) – *A Cidade do Porto: sùmula estatística: 1864-1968*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

PRATA, Ana (2011) – *Políticas portuárias na I República: 1880-1926*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.

QUEIROZ, António José (2012) – *José Domingues dos Santos: o defensor do povo: 1887-1958*. Lisboa: Assembleia da República.

QUINTELA, João G. P. (1976) – *Para a história do movimento comunista em Portugal. I - A Construção do partido: 1.º período 1919-1929*. Porto: Edições Afrontamento.

RESENDE, Nuno (2019) – A Monarquia do Norte (1919): um “ensaio-retrato”. *Brotéria*. 188 (Fev.) 283-305.

RONCAYOLO, Marcel (1986) – Cidade. In ROMANO, Ruggiero, ed. – *Enciclopédia Einaudi. Vol. 8 - Região*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 396-487.

ROSSUM, Arnold Arie van (2011) – *A Questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

SAMARA, Alice (2013) – Confederação Geral do Trabalho. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 1, p. 830-833.

SAMARA, Alice; PIRES, Ana Paula (2014) – Greves e movimentos grevistas. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 2, p. 189-198.

SANTOS, Cândido dos (2011) – *História da Universidade do Porto*. Porto: UP Editorial.

SANTOS, Miguel Dias (2010) – *A Contra-revolução na I República: 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SANTOS, Miguel Dias (2014) – Monarquia do Norte. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 2, p. 991-995.

SEIXAS, Paulo Castro (2008) – *Entre Manchester e Los Angeles: ilhas e novos condomínios no Porto*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

SILVA, Germano (2011) – Leitores JN votaram S. João para feriado. *Jornal de Notícias*. (17 jun.).

SILVA, José (1971) – *Memórias de um Operário*. Porto: [s. n.], vol 1.

SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa (2018) – A Epidemia da

pneumónica em Portugal no seu tempo histórico. *Ler História*. 73, 45-66.

SOUSA, Fernando de, coord. (2013) – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto: 1822-2013*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

SOUSA, Fernando de (1984) – *Banco Borges & Irmão, 1884-1984: uma instituição centenária*. Porto: Banco Borges & Irmão.

SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (2001) – *Os Transportes Colectivos do Porto: perspectiva histórica*. Porto: STCP – Serviço de Transportes Colectivos do Porto.

SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (2002) – *Leixões: uma história portuária*. Leça da Palmeira: Administração dos Portos do Douro e Leixões.

SOUSA, Manuel Joaquim de (1974) – *O Sindicalismo em Portugal*. 4.^a ed. Porto: Edições Afrontamento.

TAVARES, Domingos (2016) – *António Correia da Silva, arquitecto municipal*. Porto: Dafne Editora; CEAU.

TELO, António José (2011) – *Primeira República. II – Como cai um regime*. Lisboa: Editorial Presença.

TEODORO, José Miguel de Jesus (2014) – *A Confederação Geral do Trabalho: 1919-1927*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História.

TIAGO, Maria da Conceição (2010) – Bairros sociais da I República: projectos e realizações. *Ler História*. 59, 249-272.

VALENTE, Vasco Pulido (2006) – *Um Herói português: Henrique Paiva Couceiro, 1861-1944: biografia*. Lisboa: Aletheia Editores.

VALÉRIO, Nuno (2013) – Bancos e sistema bancário. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 1, p. 375-379.

VIEIRA, Alexandre (1974) – *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.